

Cascaes propõe "royalties" para índios

O presidente da Copel, João Carlos Cascaes, vai propor ao Congresso revisor a mudança nos critérios de distribuição dos "royalties" decorrentes da geração de energia, destinando cota específica dos recursos em favor das comunidades indígenas atingidas por hidrelétricas. Página 7

08, 02, 84
O ESTADO DO PARANÁ

GAZETA DO POVO

propõe royalties para índios

O presidente da Copel, João Carlos Cascaes, tem uma proposta a apresentar aos parlamentares que participam da revisão constitucional: rever os critérios de distribuição dos "royalties" decorrentes da geração de energia, destinando cota específica dos recursos em favor das comunidades indígenas atingidas pelos empreendimentos. A razão é bem simples: marginalizados pela sociedade, os índios acabam recebendo muito pouco — ou nada — da administração pública, pois ainda não há consenso se o problema do índio é de alçada do município, do Estado ou da Federação. "Nossos índios não podem ser tratados como mera curiosidade histórica e continuar vivendo na condição de penúria e indigência em que estão", expõe Cascaes.

Para discutir o assunto, estiveram na Copel a assessora para assuntos indígenas da secretaria da Educação, Lúli Miranda, e a assessora para educação ambiental do IAP — Instituto Ambiental do Paraná, Fátima Cassoli Jacob. A elas, o presi-

dente da concessionária franqueou visitas de avaliação à hidrelétrica de Foz do Acre e Segredo, no Rio Iguaçu, onde a Copel executou e vem executando diversos projetos relacionados com a preservação da memória e da cultura indígena.

"Gostaria muito que toda a sociedade acompanhasse e conhecesse o trabalho da Copel, inclusive para ajudar a conservar o que eventualmente não estiver correto", salientou João Carlos Cascaes.

Mudanças

Sobre os impactos ocasionados pela construção de usinas hidrelétricas no âmbito de comunidades indígenas, Cascaes observou que a legislação é "ainda um tanto vaga", e que praticamente deixa ao desamparo uma parte da população que deveria ser a primeira a garantir compensações. "Não se pode sair construindo usinas, destruindo a cultura, a organização social e a identidade de um povo sem que previamente sejam asseguradas as condições que lhes permite sobreviver".

IO

COSTA

to

lado

realiza

residentes

mas por questões relacionadas ao litígio com o Brasil sobre o contrato de represa hidrelétrica Itaipu, os condições são muito ruins.

'Vender madeira não é melhor saída', diz líder

Ary Prág Palliano já gravou um disco com música popular e sertaneja e está prestes a lançar outro com música Caingangue, usando o nome artístico de Rudinei Po-Tánh. Funcionário da Funai, ele atua como técnico agropecuário da reserva e desde sua chegada a Mangueirinha, em 1987, destacou-se na luta contra a depredação do parque, principalmente a ação dos madeireiros clandestinos. A reserva tem 18 mil hectares, entre os municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho.

Palliano mobilizou inicialmente a comunidade. "Cauvecl a podas que ao vender a madeira estávamos comprando o nosso futuro", revela. Depois, partiu para a que chama de "ataque direto" às brancas. Sensibilizou prefeitos dos municípios vizinhos, promotores, jul-

zes e delegadas de polícia e criou a patrulha indígena que todas as noites percorre a reserva em busca dos madeireiros clandestinos.

Seu trabalho já deu resultados. A extração desenfreada do pinheiro diminuiu, mas os problemas estruturais continuam. "O índio vendia a madeira para garantir o seu dia-a-dia, pois as verbas do Governo Federal são insuficientes", afirma. Em sua luta, Palliano tem o apoio do cacique, João Santos, e de outras lideranças indígenas.

Ele acredita que agora, com os projetos elaborados pelos técnicos do Ideia, será mais fácil obter financiamento a fundo perdido para implementar as melhorias que a comunidade precisa para sobreviver. "Não queremos passar o dia na beira da estrada vendendo periquitos", afirma. (J.C.F.)



Índio da reserva com filha nos braços: despretar auto-estima

Índios de Itaipu podem ter direito a royalties

São Miguel do Iguaçu - Se depender da Lei Orgânica de São Miguel do Iguaçu, aprovada em 1989, os índios avá-guaranis, expulsos de suas terras com a formação do lago da Hidrelétrica de Itaipu receberão ainda este ano parte dos royalties (indenização por área explorada) da usina, totalizando 2% do dinheiro que for destinado ao município. A lei, que ainda não foi regulamentada pela Câmara de Vereadores, determina essa medida.

Os avá-guaranis vivem hoje cercados de miséria e doenças num território de 231 hectares às margens do lago, na chamada "faixa de segurança". Alguns até já viraram bóias-frias. A Funai fechou a escola e o posto de saúde da aldeia.

Atualmente, 15 municípios paranaenses, um de Mato Grosso do Sul e os governos do Para-

ná e do Paraguai têm direito aos royalties por área alçada pela hidrelétrica de Itaipu, pagos mensalmente pelo Tesouro Nacional.

O secretário de Administração de São Miguel do Iguaçu, Valdir Cerqueira, disse que, para reforçar a lei, o prefeito Luiz Elias Bongioiolo (PTB) enviará um parecer ao relator do Congresso Revisor, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Ele acredita que desta forma conseguirá despertar os parlamentares para a necessidade de regularizar a remessa do dinheiro, diminuindo o drama dos índios.

São Miguel recebeu até hoje cerca de US\$ 6,5 milhões (CR\$ 3,31 bilhões pelo câmbio paralelo). Se a Constituição reconhecer a proposta de São Miguel do Iguaçu, os índios do município receberiam US\$ 130 mil. (Mantuzuma Cruz)

20-04-84
FOLHA DE LONDRINA

Índios debatem a revisão constitucional

Foz do Iguaçu - Os índios da nação Nemboaty Guasu Guarani iniciaram ontem uma assemoleia geral para discutir organização, luta pela terra e a questão indígena na revisão constitucional. A assembléia acontece na comunidade Avá-Guarani, em Santa Rosa do Ocoí, a 65 quilômetros de Foz do Iguaçu e reúne índios de vários municípios do Paraná, além de guaranis da Argentina.

No primeiro dia, as questões pessoais e os problemas cotidianos das aldeias dominaram os debates e uma celebração foi improvisada pelo Dia do Índio.

A comunidade anfitriã tem 295 índios agrupados em 60 famílias numa área às margens do lago de Itaipu. A comunidade espera ser transferida do local desde 1982, quando as águas da hidrelétrica de Itaipu começaram a invadir a reserva. Até agora não foi encontrada uma área de 1,5 mil hectare com reserva de mata cortada por um rio para repassá-la aos índios.

Este ano a Itaipu Binacional e a Fundação Nacional do Índio (Funai) assinaram um protocolo de intenções para formar um grupo de trabalho que fará um levantamento sobre as condições de vida da comunidade. Do estudo serão propostas as alterações consideradas necessárias. Mas os índios devem permanecer na reserva Ocoí, porque a Funai deve construir uma escola e perfurar poços artesianos no local.

Ao
KLAUS

Q

Entidade ?? criada
e conduzida pelo
CIMI.

Promove reuniões e
viagens de índios
que aderiram ou
seguem a orientação
do CIMI. —

Em São Paulo entra
em confronto com a
AGUZI formada só
por lideranças Guarani.